

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

VENEU, Antônio Luiz Rocha. Depoimento. In: MILITARES e política na Nova República. Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 171-187.

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=862

ANTONIO LUIZ ROCHA VENEU

NASCEU EM 1928, em Vassouras (RJ). Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras no final de 1948 e o da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em março de 1964. Retornou à Eceme no final de 1965, permanecendo como instrutor até março de 1970. Serviu, em seguida, no gabinete do ministro do Exército, Orlando Geisel, como oficial de planejamento orçamentário. Em 1974, assumiu o comando do 11º GAC, no Rio de Janeiro, função que exerceu por pouco mais de dois anos. Foi chefe do Estado-Maior da Brigada Pára-quedista em 1976 e, em 1979, cursou a Escola Superior de Guerra, de onde seguiu para o Estado-Maior do Exército. Foi promovido a general-de-brigada em 1991, a general-de-divisão em 1986 e a general-de-exército em 1990. Foi secretário de Economia e Finanças do Exército em 1990 e, entre janeiro e abril de 1991, assumiu o recém-criado Comando de Operações Terrestres. Foi chefe do Estado-Maior das Forças Armadas entre abril de 1991 e abril de 1993, durante o governo Fernando Collor e início do governo Itamar Franco. Em seguida foi, durante dois anos, assessor militar da missão brasileira junto à ONU.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em três sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 9 e 19 de dezembro de 1997.

Como o sr. foi convidado para a chefia do Emfa?

Eu estava muito feliz na função que estava exercendo, de comandante das Operações Terrestres, do Coter, do qual fui o primeiro comandante. Estava preparando as bases para aquela organização crescer e achava que iria terminar a minha carreira militar ali, que, para mim, era o máximo da minha carreira. Quando o ministro Tinoco me convidou para ir para o Emfa, reagi. Achava que não era a minha vez, que eu não tinha perfil de político, que não queria sair do Coter... Reagi umas duas ou três vezes, mas tinha havido um problema. Um companheiro de turma, o general Romero Lapesqueur Sobrinho, que tinha sido vice-chefe do Emfa e era secretário de Ciência e Tecnologia, fora convidado para o cargo e não aceitara. Então, o ministro Tinoco ficaria numa situação difícil se eu também não aceitasse.

O ministro pode convidar para um cargo dessa importância e o oficial não aceitar?

Quando o cargo é fora do Exército, normalmente é assim. Se o indivíduo não aceitar, procura-se outro. Mas vi as dificuldades do meu amigo — o ministro Tinoco é da minha turma — e aceitei, para não lhe criar dificuldades. Não era a vez do Exército, na época, porque havia um rodízio. Era a vez da Aeronáutica.

Por que se interrompeu o rodízio?

Tenho a impressão — nunca perguntei e nunca me disseram — de que o ministro da Aeronáutica abriu mão do Emfa para colocar o brigadeiro Murilo na ONU, porque não era vez de a Aeronáutica indicar o assessor militar da ONU. A Marinha não quis preencher o cargo, porque já estava com a vice-chefia do Emfa. Então, o cargo voltou para o Exército. Saiu o Jonas, eu entrei. Foi essa a razão.

O que é considerado um prêmio maior na carreira, no caso do Exército? Ir para o EME ou para o Emfa?

Para mim era o Coter. Mas, dentro da cultura do Exército, o órgão que tem mais prestígio profissional é o Estado-Maior do Exército, porque é o órgão de planejamento central, é a culminação da capacidade profissional em matéria de planejamento e de diretrizes doutrinárias.

O EME é um cargo militar, por excelência, e o Emfa é um cargo de confiança do presidente da República.

É. A indicação para o Emfa normalmente é feita pelo ministro da força singular e o presidente aceita. No meu caso, o ministro Tinoco deve ter me indicado, porque o presidente não me conhecia. E assim fui parar no Emfa. Contra a vontade e contra o vento.

O sr. teve uma audiência com o presidente Collor, antes de assumir?

O chefe do Emfa é assessor militar imediato do presidente da República. Fui apresentado a ele, e ele me deu diretrizes, e marcamos a data da posse. Foi dia 19 de abril de 1990.

Qual era então a impressão, no meio militar, e a sua em particular, a respeito de Fernando Collor?

A impressão que dava, e acho que a que ele queria passar, era a de um indivíduo sem liames, sem compromissos com instituição nenhuma, com ar jovem, desportista, bom preparo físico, presença de espírito, raciocínio rápido, capaz de vencer aquelas pedras que se colocam no caminho de um político, por esforço próprio. Essa autoconfiança era forte, muito forte mesmo.

E em relação à área militar, ele se interessava?

Quando se candidatou, disse que prescindia de instituições como o Exército, a Igreja, os políticos. Então, pelo menos, não angariou simpatia. Eu não tinha simpatia por ele. Não votei nele no primeiro turno. Só no segundo.

Ele chamou o general Ivan de “generaleco”. Isso pegou muito mal, não?

Claro. O general Ivan é um homem de respeito, admirado no Exército pelo seu passado. Mas o Collor era assim mesmo. Quando ficava irritado com uma pessoa e queria tirá-la do caminho, não media conseqüências. Procurava arrasar logo. E assim fez com o general Ivan. O pecado do Ivan era ser chefe do SNI e, na certa, o Collor deveria ter lá uma ficha bem carregada — ele aprontou poucas e boas em Brasília, quando jovem.

As ligações do presidente com a área militar se davam mais através da Casa Militar?

Lá estava o general Agenor, um dos melhores oficiais-generais que conheci. Muito competente, muito leal. Um indivíduo fora de série. Na

maioria das vezes, na rotina, eu despachava com ele, mas tinha também, uma vez por mês, às vezes duas, despacho pessoal com o presidente.

Qual foi sua principal missão no Emfa?

Eu diria que 80% do meu trabalho era o estudo sobre vencimentos. No dia da minha posse, assumi pela manhã e às duas da tarde já fiz uma reunião que foi até às 11 da noite, para tratar do aumento de vencimentos. Eu fazia o projeto de lei de remuneração dos militares e a exposição de motivos com participação dos outros três ministros militares, porque todos tinham que estar de acordo. E era uma “parada” colocar três ministros militares de acordo: diferenças de personalidade, de enfoque... O Exército, por exemplo, se preocupava muito com o sargento, porque é o faz-tudo. O oficial orienta, planeja, cobra, fiscaliza, mas quem faz, quem põe a mão na massa é o sargento. A Marinha já se preocupava mais com o cabo, porque ali o cabo é o faz-tudo. Então, há nuances, há diferenças. O pessoal da Marinha ficava preocupadíssimo com o cabo engajado. O Exército, por exemplo, ficava preocupado com o pessoal que servia na Amazônia. Por quê? Porque as condições de vida são difíceis, não tem escola, não tem hospital, não tem comércio, embora o dinheiro lá sobre, porque o custo de vida é mais barato. Então, precisava haver um incentivo na remuneração para poder manter lá um efetivo de boas proporções. Já o efetivo da Marinha e da Aeronáutica na Amazônia é pequeno. Então, a preocupação com a Amazônia, na parte de vencimentos do seu pessoal, é menor. Em compensação, a Marinha tinha uma preocupação enorme com o efetivo que trabalhava na guarnição do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que para nós, do Exército, é uma guarnição ótima, não tem problema nenhum. Na Marinha, ninguém queria servir nos navios sediados no Rio Grande. Então, queriam uma gratificação de “fronteira”, uma gratificação extra.

Há muitas diferenças entre as localidades nas Forças Armadas, e era difícil obter o consenso. Quando eu conseguia um consenso — porque quem conseguia era eu —, levantava as mãos para o céu. Nós conseguimos, com esses estudos, fazer a lei de remuneração dos militares com o seguinte enfoque: havia uma defasagem na pensão das viúvas porque elas ganhavam de acordo com o soldo e, com esses reajustes que foram feitos ao longo dos anos, o soldo ficou pequeninino e a gratificação ficou enorme. Então, as viúvas ganhavam muito pouco. A idéia dos ministros militares, minha inclusive, era colocar um vencimento em que o soldo fosse a parte mais importante, e a gratificação, a menos importante.

Fiz então nova proposta, que foi chamada de “soldão”,²⁴ porque eu considerava o soldo como a parte substancial dos vencimentos, e a gratificação como a parte acessória — como devia ser. A Constituição diz claramente: ninguém pode ganhar dinheiro em cima de uma atividade na qual já ganhe dinheiro. No entanto, havia gratificação no Congresso por atividade legislativa, na Polícia Militar por atividade policial, nas Forças Armadas por atividade militar... E o STF achava que estava certo, porque tem também a gratificação por atividade judiciária. Foi um artifício para deixar os vencimentos básicos com pouca expressão.

Nossa proposta foi devolvida pelo Congresso porque havia um item inconstitucional. Então, o presidente resolveu pegar um dinheiro que tinha em caixa para fazer um reajuste salarial. Deu uma parte desse dinheiro para o Emfa e outra para a Secretaria de Administração Federal fazer o reajuste dos civis, e fizemos os aumentos na ordem dos 20%, sob a forma de medida provisória que ficou valendo por 60 dias. Quando essa medida provisória, a 292, chegou ao Congresso, houve uma briga enorme, e a MP foi rejeitada porque o Legislativo e o Judiciário não estavam contemplados. Vejam bem: quando nós conseguimos chegar a um salário perto do deles, eles rejeitam. Estávamos na seguinte situação: por força da medida provisória que o Congresso derrubara, o salário de junho já tinha sido pago com aumento e o de julho estava sendo preparado. Então, o ministro da Justiça arranhou uma forma de fazer esse aumento por decreto, baseado nas leis constitucionais que estipulam que não podia haver redução de salário.

Se o salário de julho viesse sem o aumento, o sr. acha que a reação militar seria violenta?

Seria violentíssima, a exemplo do que aconteceu agora [1997] com aquela greve, aquela bagunça, da Polícia Militar de Minas Gerais. Aliás, já tinha havido um episódio semelhante em Guarapuava: um major se irritou com a falta de aumento de vencimentos e invadiu uma prefeitura em sinal de protesto.

Quando a medida provisória foi rejeitada no Congresso, qual foi a reação dos ministros militares?

Eles fizeram uma nota dizendo que era impossível fazer isso com os militares, porque todo o mundo tinha tido aumento, menos eles.

²⁴ Lei de Remuneração dos Militares, de setembro de 1991.

A imprensa chegou a comentar que os militares fizeram seu aumento à revelia e que o sr. achava que a alternativa era dar aumento ou assistir a tumultos nos quartéis.

Isso não é verdade, o aumento não foi à revelia. O presidente sempre acompanhou e sempre apoiou o trabalho que fizemos. Ele nunca ficou sem saber o que a gente fazia. Aliás, nenhum presidente ficou.

Ele foi informado de que, se não se resolvesse a situação, poderia haver tumultos?

Em todo despacho, eu lhe mostrava a defasagem salarial. Ele devia estar já irritado com a minha insistência, mas era minha função, era minha obrigação fazer isso. Cheguei a dizer: “Presidente, é melhor o sr. dar um reajuste de 1% ao mês do que ficar essa briga. Toda vez que eu chego aqui, tenho que dizer que preciso de 60% e o sr. dá 20%. É um desgaste. Se o sr. fizesse isso, no fim de seis meses teria dado 6%, e o pessoal, psicologicamente, tinha absorvido como aumento”. Ele disse: “Mas minha equipe econômica diz que não é bom, que a inflação seria incentivada”. Usava uma série de argumentações que eu respeitava porque ele era o presidente.

Depois dessa medida provisória, a votação do soldão foi tranqüila no Congresso?

Foi, porque tinha havido a rejeição da Medida Provisória nº 292 e houve uma onda grande na imprensa. A *Veja* publicou um artigo vulgar, debochado, que não é normal na imprensa. Não lembro quem fez o artigo. Assinalei em vermelho todas as vulgaridades e deboches à margem da notícia e chamei o representante da *Veja*, o Eduardo Oinegue Fuljaro, e mostrei todas as brincadeiras que eles fizeram para irritar os ministros militares: “Vocês estão criando uma notícia eivada de deboches, de ironias, de achaques contra pessoas de bem que estão, como você, trabalhando pelo Brasil”. O argumento dele: “General, quando o sr. lê um artigo em que a gente derruba os comunistas, o sr. gosta”. Eu disse: “Eu acho que a imprensa tem o papel de informar, ela não pode tomar partido; quando toma, não está sendo boa imprensa. Então, não concordo com isso que você está dizendo”. Pois bem, a vingança desse rapaz foi publicar uma reportagem inteira sobre mim, no domingo seguinte, porque eu ocupava um apartamento duplo do Emfa. Também na mesma linha de deboche. Quer dizer, isso não é imprensa! Recebi a solidariedade de todo o mundo: ministro do Exército, chefe do Gabinete Militar da Presidência, outros ministros militares.

O que o sr. fez em relação à matéria sobre o seu apartamento?

Sobre essa, eu não falei nada. A única coisa que fiz foi cancelar a assinatura que o Emfa tinha da *Veja*, que é uma revista muito bem-informada, tem informante de tudo quanto é jeito. Foi a única providência que tomei. O objetivo da imprensa era dizer que o ministro-chefe do Emfa morava em dois apartamentos. Ora, aquele apartamento duplo era do vice-chefe do Emfa, quando o ministro-chefe do Emfa morava em uma mansão na península dos Ministros. Quando o Collor assumiu, acabou-se com a destinação dessa mansão na península, e eu fui morar nesse apartamento que restou. Aliás, quando Collor assumiu, fez três coisas: acabou com as mansões de todos os ministérios; permitiu que o indivíduo que estivesse morando num apartamento em Brasília comprasse o imóvel — um troço absurdo!; acabou com o SNI — coisa que caiu na cabeça dele. Outra coisa foi cortar a poupança. Foi outra bobagem. Ele fez um empréstimo forçado e pagou tudo, com correção monetária. Agora, os espertos, os juristas que andam sempre buscando furos na lei, foram atrás desse dinheiro, e teve gente que, por artigos da própria lei que cortou a poupança, conseguiu sacar seu dinheiro para pagar pessoal. Os proprietários de ônibus, por exemplo. Então, a Justiça permitia que várias instituições se aproveitassem para fugir ao empréstimo compulsório.

Os ministros militares diziam que, se houvesse tumulto por causa dos salários, não poderiam controlar a tropa?

Não, nunca disseram isso. Diziam que haveria indisciplina e que eles teriam dificuldade em coibir. E quanto maior fosse o tamanho da indisciplina, maior dificuldade eles teriam. Então, queriam evitar isso.

Até que ponto isso seria uma ameaça real ou um instrumento de pressão?

As duas coisas. Porque nós gostamos de prevenir o tumulto. Nós temos hoje [dezembro de 1997] o exemplo da greve da polícia de Minas. Permitiram que houvesse uma indisciplina daquele jeito. Para mim, a Polícia Militar foi à falência como segmento armado. Você não pode deixar uma instituição que tem poder de vida e de morte, que é o caso de quem tem as armas, chegar a um ponto daqueles. Por isso é que existe hierarquia e disciplina. Os ministros militares tinham um cuidado muito grande para não permitir isso, mas a parte que mais dói no corpo humano é o bolso. E o militar não tem direito de greve, não tem direito de contestar, não tem direito de ganhar a vida em outra profissão, a não ser os médicos militares, que têm os seus consultórios. Não se pode deixar

defasar a remuneração dos militares a tal ponto que eles prefiram ser indisciplinados a serem militares. Assim, acaba a instituição. E por isso a isonomia é importante. Por que um capitão piloto de jato recebe a mesma coisa que um ascensorista que pilota elevador? É de irritar. Não é compreensível. Por isso é preciso ter isonomia, escalonamento, uma retribuição compatível com a capacidade do indivíduo. Mas isso não acontece. Cada um dá aumentos por sua conta: o município, o estado e o Poder Judiciário, o Legislativo... Isso começa gerando irritação, passa para um estágio de protesto e pode chegar até a revolta. Foi o que aconteceu na Polícia Militar de Minas Gerais, e era isso que a gente queria evitar.

O sr. acha, então, que havia uma ameaça real de indisciplina?

Na época, não havia uma ameaça real, porque nós mostrávamos que estávamos brigando por aumento salarial. O pessoal esperava que os chefes — porque temos hierarquia e disciplina — cuidassem dos problemas. Eu informava: estamos falando com o presidente, foi encaminhado para o Congresso... Isso para mostrar que ninguém estava parado nem satisfeito. A gente acompanhava também a dificuldade de caixa do governo e queria participar do combate à inflação. Mas a gente via: o funcionário da Câmara ganhava três vezes mais para fazer a mesma coisa que um funcionário do Executivo. Ora, isso vai causando problemas dentro da instituição.

Agora, como é que a gente vai protestar? Não pode. O Bolsonaro queria fazer protesto através das famílias. Uma covardia. Pegava as mulheres, as irmãs e os filhos dos militares e botava na praça dos Três Poderes. Aparecia até mulher de general no meio da passeata. Quer dizer, a mulher pode ser indisciplinada, que não causa problema. Teve uma que me telefonou: “General Veneu, o sr. vai me desculpar, mas vou nessa passeata”. Eu sabia que o marido dela era general da ativa. Ele, em casa, não convenceu a mulher de que aquilo que estava ganhando era justo. E a mulher telefonou para mim, pedindo desculpas.

Com o “soldão”, a situação se acalmou?

Não, porque, de imediato, apenas resolveu o problema das viúvas. As viúvas ficaram satisfeitíssimas, porque o soldo foi elevado três vezes. A Lei de Remuneração teve um aumento bruto de 44%, e o líquido ficou na metade, porque a metade desse aumento ia para as despesas de manutenção de moradia, de hospital. Quem mora em casa do quartel usa uma parte do soldo para abater o aluguel da casa. Tivemos de fato 22% de aumento — o que, naquela época de inflação alta, não era nada. Quando

chegou em dezembro, tínhamos de novo o mesmo problema de reajustamento do salário.

Em 1992, não houve um novo projeto de isonomia que foi rejeitado pelo Congresso?

Não foi rejeitado, não. O Collor conseguiu uma façanha que acho difícil outro presidente conseguir. Ele conseguiu uma lei delegada para fazer isonomia. Isso depois de uma reunião com todos os líderes dos poderes da República — da Justiça, da Câmara e do Senado. Acho que foi durante a Eco-92. Essa lei delegada permitia que o presidente mexesse nas tabelas para atingir a isonomia. Esse era o desejo de todo o mundo, principalmente dos funcionários civis do Poder Executivo, porque eram as maiores vítimas. Sempre foram e continuam sendo. Então, a gente brigava por eles também. Não queríamos que houvesse uma defasagem de salários entre os poderes. Ele conseguiu esse acordo e teria até fevereiro de 1993 para terminar o trabalho de isonomia — não dava para fazer de uma vez só porque o Tesouro não agüentaria.

Nesse momento, já estava instalada a crise política do governo. O sr. acha que isso era uma estratégia pessoal do Collor para manter as Forças Armadas calmas?

Podia até ser. Ele nunca falou isso. Ele sempre escutou, sempre aceitou a isonomia.

Nessa questão salarial, o sr. tinha contatos com a equipe econômica do governo?

Tinha sempre, a gente não dava um passo na execução orçamentária sem ouvir a equipe econômica.

Como era o contato com eles?

Era tranquilo, não era difícil. Eles faziam o que queriam, mas a gente tentava arrancar alguma complacência. De fato, eles tinham um poder sobre o fluxo financeiro maior do que o nosso. Entrou o Marcílio Marques Moreira, e teve uma hora, numa reunião ministerial, que eu disse: “Olha, gente, o Ministério da Defesa não é necessário. O nosso ministro da Defesa é o Marcílio”. Foi uma risada geral. Porque, de fato, ele poderia sufocar economicamente qualquer força. Bastava cortar o fluxo de dinheiro. O orçamento podia estar em vigor, mas se o Marcílio não desse o dinheiro para a manutenção do navio, do avião ou do tanque, parava tudo.

O contato era mais fácil com Zélia ou com Marcílio?

Era igual, na parte de obter as nossas reivindicações financeiras. Ambos eram “mão fechada”, vinham com a argumentação dos problemas de caixa. Eles raciocinavam com a caixa, e tinha a turma do Tesouro, que controlava a entrada da arrecadação mês a mês. Só quando havia um pequeno aumento de caixa é que eles tinham uma sobra para dar algum aumento de remuneração geral. A outra injustiça que existe é essa: um pequeno aumento de caixa pode dar um grande aumento para o Congresso, para a Câmara e para o Senado, mas não para o funcionário público federal.

Com relação à sua atuação nessa questão, o sr. acha que teve a compreensão dos ministros militares ou houve momentos em que eles discordavam da sua condução?

Pode ser que eu esteja valorizando demais a minha atuação, mas não dava um passo no Emfa enquanto não obtivesse o consenso dos três ministros. Porque eu sabia que se não fizesse isso seria depois sabotado no Congresso, porque cada um dos ministros tem uma assessoria parlamentar, que é muito respeitada e que tem ligação fácil com os deputados e senadores. Eles não têm capacidade de aprovar, mas de impedir, têm. Sem o beneplácito de todos os ministros militares, eu não fazia nada.

Nós tínhamos preparado uma lei de pensões. Modificar as leis de pensões é a mesma coisa que modificar a lei previdenciária. No projeto de lei de pensões, eu já tinha obtido o consenso de todos os ministros militares de que as filhas solteiras deixariam de ser pensionistas depois dos 25 anos, e o artigo já estava pronto. Quando chegamos ao Palácio do Planalto para apresentar a lei de reajuste salarial, o encarregado de fazer a ligação com o presidente falou: “O presidente disse que, se as filhas dos militares saírem, manda a exposição de motivos agora para o Congresso”. Ora, como isso já estava acertado entre nós, mandei apanhar no Emfa esse artigo da lei de pensões e coloquei no projeto de lei de remuneração dos militares. Foi para o Congresso assim. Na Câmara dos Deputados, passou. Quando chegou no Senado, o ministro Passarinho recebeu pressão dos militares da reserva. E o pessoal da ativa também começou a me xingar, dizendo que eu não tinha filha solteira. No entanto eu tinha, tinha três. Pressionaram o Passarinho e ele conseguiu, no Senado, colocar a filha solteira maior de 25 anos novamente como beneficiária. E a lei de remuneração saiu assim. Pelo duro mesmo, pela Constituição, o projeto tinha que voltar para a Câmara, porque houve uma modificação no mérito. Mas não voltou.

Tenho uma coleção de selos de tanta correspondência que recebi, sobre esse assunto, de militares e de filhas que falavam através dos pais. Houve um brigadeiro, Jorge José de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Militar, que escreveu um artigo na *Revista do Clube Militar*, criticando o corte das pensões das filhas dos militares, dizendo que era a maior conquista da classe etc. O ministro da Marinha ficou irritado com isso e escreveu um artigo como direito de resposta. A irritação foi geral. E todo o mundo veio contra mim, não contra os ministros militares.

Houve outro problema com a lei de pensões: eu disse que só faria o que os três estivessem de acordo. A lei de pensões estava pronta, fiz a exposição de motivos e mandei para o ministro da Justiça. Mas fiz uma bobagem. Não me referi, na lei de pensão, às mudanças de benefícios para as filhas solteiras. Eu tinha colocado aquele artigo na lei de remuneração, mas não alterei esse ponto na lei de pensão. Não quis mexer em casa de marimbondo, aquilo já estava feito. O ministro da Marinha viu aquilo e disse: “Não estou de acordo. Se você mandar esta exposição, vou dizer que está em desacordo com a minha opinião”. Eu disse: “Não tem problema. Vou lá no ministro da Justiça e retiro a exposição”. Tirei o projeto de lei de pensões e disse que enquanto não chegássemos a um acordo eu não mandaria a lei.

Enquanto estive no Emfa, não mandei a lei de pensões. E as filhas solteiras continuam recebendo até hoje essa pensão, que é, mais ou menos, 1% ao dia de soldo, o que dá em torno de 30% ao mês. A viúva de general-de-exército ganhava quase tanto quanto um general da ativa. Tinha até o posto de cabo, em que a viúva do *de cujus* ganhava mais que o próprio cabo em vida. Mas parece que depois, com o aumento das gratificações, o soldo foi ficando pequeno de novo. Então, a pensão diminuiu um pouco de valor relativo.

O que o sr. acha de a lei permitir pensões para as filhas de militares?

O problema é o seguinte: a Constituição diz que todos os brasileiros são iguais, tirando as restrições previstas em lei. Então, eu sempre disse: posso fazer isso com meu filho? Porque tenho três filhas, mas tenho um filho. Posso dar uma pensão para meu filho quando eu morrer? Não. Mas por que não posso dar para o meu filho e posso dar para as minhas filhas? Não acho justo. Ou tenho direito de dar para todos ou então não dou para nenhum.

E tem ainda o caso de que algumas dessas pensionistas às vezes não casam no civil para não perderem a pensão.

Mas aí é desonestidade. Eu sei que há essas coisas, mas é falsidade ideológica. As pessoas que se passam por solteiras por um artifício legal cometem falsidade ideológica.

Vamos falar sobre a crise política do governo Collor, que começou a ganhar fôlego com as denúncias de Pedro Collor. Como isso foi batendo nos ministros militares?

Nós nos reuníamos informalmente, sempre. Todas as vezes que acontecia qualquer coisa diferente, a gente se reunia. Na lei de remuneração e nessa crise do Collor, por exemplo. E chegamos à seguinte conclusão sobre as denúncias do Pedro Collor: o problema era, nitidamente, político. A gente conversava com o presidente Collor e ele dizia: “Isso tudo é invenção, eles querem me derrubar. Mas vou me livrar disso fácil, porque vou mostrar à nação que não tenho culpa nenhuma de crime financeiro”. Outra coisa interessante: ele não tinha as informações que o PT tinha, porque tinha esvaziado o SNI e não tinha as informações do que estavam armando contra ele.

Mas ele pediu o apoio dos militares?

Diretamente, nunca pediu. E nós, por nossa vez, sempre dissemos: “Presidente, o sr. conta com as Forças Armadas para as instituições políticas funcionarem. O sr. tem nosso apoio para se defender, mas é preciso que o sr. se defenda. As acusações são sérias e o sr. precisa ter formas de eliminá-las”. Ele disse: “Não há problema. Vou para a televisão e vou mostrar tudo”. Até falei: “Eu estou vendo a intenção do pessoal de lhe acabar como político. Não era melhor o sr. renunciar?” Então ele olhou para mim: “General Veneu. Eu tenho espírito militar. Recebi o mandato do povo, fui eleito por uma grande maioria, não vou abandonar o barco. Vou me defender e reverter essa situação”. E nós fizemos até uma reunião com ele para mostrar que ele tinha que se defender, que ele não podia deixar o barco correr porque o pessoal estava ganhando força, estava indo às ruas. Dia 1º de setembro, o Barbosa Lima Sobrinho e mais um advogado, o Lavagnère, entraram com o pedido de *impeachment* do presidente Collor. E no dia 2, o Ibsen Pinheiro, que era o presidente da Câmara, examinou o pedido. Eu não sei quais foram as provas que eles apresentaram. O Ibsen disse que examinou as alegações e que a Câmara resolveu aceitar a denúncia. É engraçado que, no dia 28 de setembro, aquele jor-

nalista de Brasília, o Castelo Branco, disse que os militares estavam preocupados com a presença do presidente Collor no palanque no dia 7 de setembro, o que não era verdade. Nós achávamos que as instituições estavam funcionando e não havia por que não funcionar. A Câmara e o Senado estavam abertos, o Supremo Tribunal também — eram os encarregados de examinar o *impeachment* —, e o presidente no poder podendo se defender. A Câmara dos Deputados, no dia 2 de setembro, deu um prazo para ele preparar a defesa até o dia 15 de outubro.

Quando chegou o dia 30 de setembro, Collor recebeu a informação da Câmara dos Deputados de que a denúncia tinha sido aceita. Então, ele ligou para o ministro da Justiça, Célio Borja, e disse: “Preparem uma comissão de transição”. Era para passar o governo ao Itamar, o vice, enquanto ele estivesse sendo processado. Ele se afastou do cargo, e nós, que éramos ministros dele, pedimos demissão. No dia 1º de outubro, entrei com um pedido de demissão da chefia do Emfa e todos os ministros militares também. E o Itamar substituiu todos, menos eu e o Mário César Flores, que foi ser o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O sr. conhecia o presidente Itamar?

Anteriormente ao Emfa, não. Sempre o tratei com toda a consideração como vice-presidente. E todas as vezes que o presidente Collor, que era o comandante supremo das Forças Armadas, deixava de comparecer a uma atividade militar que eu achava importante, eu pedia permissão ao Collor para convidar o Itamar. E o Collor sempre disse: “Faça isso, general”. Eu convidava, e o Itamar aceitava. Ele foi à Escola Superior de Guerra umas duas vezes e à entrega da medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas uma vez. Sempre substituindo o presidente. Eu dizia ao Itamar: “É uma função difícil essa de vice, porque a gente tem que trabalhar junto com o titular, não pode ser contra. A gente às vezes nem concorda, mas tem que violentar nossa opinião para poder acompanhar o titular”.

Qual sua opinião pessoal sobre Collor?

O Collor era um indivíduo de muita autoconfiança. Ele se julgava corajoso, atualizado, achava que pouca gente era tão competente como ele. Tinha uma postura de vitorioso e não acreditava que ninguém fosse vencê-lo em qualquer coisa. Até no esporte ele teria sempre uma forma de ganhar. E eu achava que ele não tinha limites, que faria qualquer coisa para ganhar. Era um indivíduo inteligente, que decidia, e sempre tratou as Forças Armadas assim. Por exemplo, num episódio de acusação de

superfaturamento na compra de fardamento, ele não levantou uma palha para defender o Tinoco. Nada, nada, nada. Outro episódio, o dos apartamentos: foi ele quem mandou vender, mas nunca tocou no assunto. Eu falava o que estava acontecendo, mas ele nunca me disse nada a respeito.

Foi também o primeiro presidente a não ir à solenidade alusiva aos mortos no combate à Intentona Comunista, na praia Vermelha. Isso não causou espécie entre os ministros?

O pessoal achava que era uma jogada dele para esvaziar a cerimônia. Ele se dava bem com a Zélia, que tinha sido comunista. No *staff* dele tinha uns três ou quatro que eram da convenção de Ibiúna.²⁵

O sr. acha que a opinião dos outros ministros militares era igual ou havia algum mais favorável ao Collor?

A opinião dos ministros militares era a opinião da disciplina e da hierarquia. Todo mundo reconhecia os defeitos dele, o que ele tinha dito antes a respeito das Forças Armadas. Mas nunca negaram apoio para qualquer coisa que ele quisesse fazer.

Nesse momento final, de crise, nenhum dos ministros chegou a dizer: “Será que a gente tem que fazer alguma coisa?”

Nós nos reunimos e chegamos à conclusão de que era um problema político. Nós fizemos a revolução para ter democracia no país, e aquela era hora de a gente demonstrar que as instituições iam funcionar com a proteção das Forças Armadas, porque são as encarregadas da lei e da ordem. E dissemos isso para o presidente. Havia consenso, dos cinco: os três ministros militares, o chefe do Gabinete Militar e eu.

Essa foi a primeira grande crise política da República em que os militares não tomaram uma atitude intervencionista.

Acho que as Forças Armadas foram coerentes. Quando tiveram que se contrapor àqueles que agiam antidemocraticamente, procuraram ter mais força política, ter mais poder, para evitar que eles se aproveitassem da democracia para conseguir o que queriam pela força. Então, força e violência, nós administramos. Ninguém nesse país vai usar armas, porque nós fazemos o melhor uso. Foi preciso aumentar o poder de atuação política, tirando liberdades individuais daqueles indivíduos que pegavam

²⁵ Referência ao congresso clandestino da UNE realizado numa fazenda em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, que resultou na prisão de mais de 1.200 estudantes.

em armas, que seqüestravam, que roubavam bancos. Então, nós tivemos que ter esses poderes extrademocráticos, vamos dizer assim, contra as liberdades individuais. Porque senão a gente ia perder a guerra. Mas no caso do Collor, não tinha nada disso.

A que se deve a mudança dos militares?

Nós não tínhamos o SNI, não sabíamos nada do que o Collor fazia. Não sabíamos nada dos negócios dos amigos dele. Quando o irmão o denunciou, foi estarrecedor! Em quem acreditar, no Collor ou no irmão? O Fernando não tinha uma postura de defender ferrenhamente a democracia. Não tinha. Ele disse que não fez nada do que o irmão falou e que ia provar. Agora, nós fizemos questão de mostrar ao Fernando e às instituições da República qual era a nossa posição: íamos defender as instituições.

O sr. falou que não havia mais o SNI para informar. Mas havia os órgãos de informações das Forças Armadas.

Pois é, mas esses órgãos são todos setoriais. O Exército tira as informações que lhe interessam para o seu funcionamento, a Marinha e a Aeronáutica também. O Emfa procura coordenar os três e tira também as informações dos adidos, que estão fora. A gente faz um quadro, mas sempre de interesse militar. Por exemplo, muitas vezes disse para o presidente Collor que estavam surgindo informações sobre combate militar ao narcotráfico na Colômbia, no Peru, na Bolívia. Os militares desses países conseguiram que as Forças Armadas combatessem o narcotráfico, e nós não queríamos que isso acontecesse com as Forças Armadas brasileiras. Nós temos a Polícia Federal para fazer isso. As informações que a gente tinha, passava para o presidente. Agora, de política, nós não buscávamos nada.

Nessa conjuntura de crise, esses órgãos de informação militar não davam uma ajuda?

Só na parte militar, não em informações políticas.

Como ficou a área de informações com o fim do SNI e a criação da SAE?

Esvaziaram o setor. O pessoal que era experiente, que tinha condições de manter o esquema funcionando, foi retirado e botaram lá gente do Collor, sem experiência. Eles tentaram mudar a feição do sistema. Ora, a informação é igual desde o tempo da Bíblia, não muda. Então, quiseram dar uma feição moderna à Escola Nacional de Informações. Quer

dizer, um modernismo bobo, porque perderam um tempo enorme, não se estruturaram, ficaram sem informações. O responsável por essa área ficou sendo o Pedro Paulo Leoni Ramos. Um rapaz muito inteligente, que se ligava muito com a gente, que veio com essa idéia de não permitir que o pessoal antigo do SNI mandasse no órgão. Houve uma reação interna, e o pessoal que era bom caiu fora. Só ficou quem não queria perder alguma vantagem. E, com isso, o serviço perdeu muito. Os órgãos de informações das Forças Armadas ficaram intactos, mas não entravam muito na parte econômica, psicológica, política.

Qual foi sua impressão, na convivência com o presidente Itamar?

De início, ele resolvia estudar as iniciativas tomadas pelo Collor com as quais não concordava. As privatizações, por exemplo, resolveu estudar novamente. O mesmo aconteceu com a transformação da Comissão Brasileira Aero-Espacial (Cobae) em Agência Espacial Brasileira. A agência de informações que o Collor queria fazer no lugar do SNI, ele também resolveu estudar. Ele era muito cauteloso, não aceitava *in limine* os trabalhos já realizados. Por exemplo, me designou para acompanhar a reunião da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. No que o Emfa poderia influir? Quase nada. Mas me pediu para ir lá, fui um observador para o presidente. Os únicos que criavam dificuldade para a privatização eram o Brizola e o prefeito de Volta Redonda. O resto era favorável. Então, fui ao Itamar: “Parece que está todo o mundo de acordo. O governador quer que haja uma participação maior dos operários na compra das ações, e o único que é contra é o prefeito. O resto, até o presidente da usina, é a favor”.

Em relação à área militar, ele tinha mais conhecimento ou sensibilidade que Collor?

Ele tinha conhecimento, inclusive porque tinha sido oficial da reserva, ele tirou o NPOR, Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, em Juiz de Fora. Nesses cursos de preparação, nós mostramos o que é o Exército, então ele tinha um bom conhecimento das Forças Armadas.

Os militares são mais gratos ao Itamar do que ao Collor?

Não. Até, pelo contrário, a isonomia foi muito prejudicada pelo Itamar. Um dos privilégios do Legislativo era justamente aumentar seus salários sem consultar o governo federal. Chegou a um ponto que, quando saiu a primeira parte da isonomia, o Legislativo resolveu aumentar o seu salário

pelo computador, não houve nem lei do Congresso. Peguei os contracheques e entreguei para o Itamar: “Olha o que eles fizeram”. Isso dentro da isonomia. Então, o Itamar falou: “Entrega esse dossiê ao Maurício Correia”. Depois, veio uma gratificação de 140% de atividade militar. Aquele “soldão” ficou minimizado. A isonomia ficou mais difícil. Outra coisa, também interessante, é que o regime jurídico único, a lei de isonomia, dizia que o salário mais alto não deveria ser mais de 40 vezes o salário mais baixo. No caso das gratificações, o soldo devia ser duas vezes maior. Eram regras simples que não aconteceram.